

## **DOZE ANOS DE PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E UNIÃO EUROPEIA: UM OLHAR SOBRE A INÉRCIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA AGENDA SECURITÁRIA**

Maria Vitoria Santana Catharino  
Matheus Souza.

### **RESUMO**

Ao buscar elucidar os motivos da não efetivação da cooperação em matéria de segurança entre Brasil e União Europeia, agenda prevista nos documentos fundantes da Parceria Estratégica inaugurada em 2007 na I Cúpula União Europeia-Brasil em Lisboa, este trabalho caminha no sentido de estabelecer o esclarecimento das causas para tal situação, a qual reveste-se de especial importância para preencher lacuna acadêmica (diante da virtual ausência de tentativas de explicar a referida situação), bem como para compreender as dinâmicas inerentes à cooperação securitária multilateral, além de analisar criticamente a subutilização do instrumento diplomático referido. Nesse sentido, foram estabelecidas hipóteses sobre as motivações que conformaram esta inércia, situando as causas em dinâmicas estruturais das relações internacionais e em particularidades dos dois atores em tela.

**Palavras-Chave:** Relação bilateral euro-brasileira; Parceria Estratégica; Agenda securitária.

### **O BRASIL PODE TER AMBIÇÕES MAIORES?**

Este estudo busca analisar as razões que levaram à baixa amplitude da cooperação em matéria de segurança entre Brasil e União Europeia, diante do não desenvolvimento fático do que foi previsto textualmente na Declaração de 2007 (BRASIL, 2007), nos Planos de Ação (BRASIL, 2008a, 2011) e nas Declarações de Cúpulas (BRASIL, 2008b, 2013, 2014a).

O argumento que explica a inércia desse processo é de que a dimensão securitária entre Brasil e União Europeia não produziu ações práticas e efetivas no relacionamento bilateral porque houve contingenciamentos e interesses que se sobrepuseram ao andamento da referida agenda. Tais contingenciamentos e interesses são, obviamente, muito distintos entre os atores. Conscientemente ou não, tanto o Brasil quanto União Europeia não promoveram entre si grandes desdobramentos na área securitária, preferindo fortalecer e/ou ampliar diálogos considerados tradicionais da agenda bilateral, tais como desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia.

Para o caso do Brasil, são apresentados dois argumentos centrais neste trabalho: a diminuição do poder nacional pátrio ocorrido entre 2007 e 2019 contribuiu para sabotar ambições securitárias maiores e o interesse estratégico brasileiro que reside, precipuamente, em espaço geográfico mais limitado (América do Sul, Atlântico Sul e costa ocidental da África) e não possui, por ora, grandes pretensões fora do seu escopo

## O PODER NACIONAL: UM TEMA CARO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Antes de deliberar sobre a diminuição do poder nacional brasileiro, faz-se necessário indagar o que de fato representa o poder nacional e qual a importância deste conceito para a disciplina das Relações Internacionais. Nesse sentido, interessa notar que:

O Poder Nacional se apresenta como uma conjugação, interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance de uma finalidade. A vontade, por ser um elemento imprescindível na sua manifestação, torna-o um fenômeno essencialmente humano [...]. O Poder Nacional reflete sempre as possibilidades e limitações dos Homens que o constituem e dos meios de que dispõe, nas suas características globais e nos efeitos de seu emprego. (BRASIL, 2014b, p. 33-34).

Thales Castro (2016) complementa tal entendimento ao conceituar o poder nacional como capacidade de um Estado (ou outro ator internacional) promover a consecução de seus interesses em relação aos demais, seja por meio da ameaça ou do uso efetivo da força coercitiva. Nesse sentido, ele afirma: “Poder é energia cinética de relevância nas engrenagens internacionais; é fonte de discórdia e é nascedouro de conquistas; é, ademais, essência dinâmica do estudo da política internacional” (CASTRO, 2016, p. 170).

A mensuração do poder nacional reveste-se de grande importância estratégica, pois de acordo com Chang (2004), permite a construção de análises internacionais mais precisas ao sofisticar os entendimentos em torno de conceitos como transições potestativas, polaridades e balanças de poder. Ray Cline, por exemplo, em sua obra *“The Power of Nations in the 1990s: A Strategic Avaliament”* (1993) delinea uma proposta de poder que combina critérios objetivos e subjetivos, condensadas na seguinte equação: Poder Perceptível = (Massa crítica<sup>1</sup> + Capacidade Econômica + Capacidade Militar) x (Objetivos estratégicos + Vontade de Executar a Estratégia Militar) (MAFRA, 2006). Chang (2004) retoma as premissas de Cline em seu voo panorâmico sobre diferentes propostas de aferição cratológica<sup>2</sup>, que ele condensa em três modelos principais: o “Modelo 1”, que leva em consideração apenas o Produto Nacional Bruto; o “Modelo 2”, composto por massa crítica, força econômica e força militar (modelo fortemente baseado nos estudos de Cline<sup>3</sup>); e o “Modelo 3”, abarcando os elementos do “Modelo 2”, acrescido do consumo energético *per capita*, paradigma pelo qual ele demonstra predileção (CHANG, 2004).

<sup>1</sup> Território e População (MAFRA, 2006).

<sup>2</sup> Além de Cline, o autor apresenta, mais especificamente, as contribuições de Singer e Small, Cline, Beckman Organski, Kugler, Domke, Alcock, Newcombe, German e Fucks (CHANG, 2004).

<sup>3</sup> O autor, todavia, refuta o excessivo subjetivismo dos pressupostos “objetivos estratégicos” e “vontade de execução”: “[...] Cline’s method of constructing a power index is arbitrary and subjective, or simply, neither scientific nor precise” (CHANG, 2004, p. 11).

Para o presente trabalho, será utilizada a metodologia proposta por Hans Morgenthau (2003) que em sua obra seminal “*A Política entre as Nações*”, delimitou nove elementos constitutivos do poder nacional. Como sintetiza Sempa (2015, online), o realista “[...] *identified the elements of national power as geography, natural resources, industrial capacity, military preparedness, population, national character, national morale, the quality of diplomacy, and the quality of government*”.

Morgenthau (2003), ao discorrer sobre os erros básicos de avaliação do poder nacional de dado país, elenca a atribuição de importância seminal a um único fator em detrimento dos demais como falta que leva a erros estratégicos. Desta afirmação, depreende-se que para o autor o poder nacional configura-se como âmbito orgânico, composto por elementos que, necessariamente, se inter-relacionam e que devem ser analisados em conjunto<sup>4</sup>.

A preparação militar é elemento que, tradicionalmente, compõe as mensurações de poder nacional (TREVERTON; JONES, 2005). Nesse mesmo sentido, argumenta Morgenthau (2003, p. 237) que “O que confere importância verdadeira [...] para o fim de determinar o poder de uma nação é o grau de sua preparação militar”. Na mesma lógica, afirma Carr (2001, p. 143) que

A suprema importância do instrumento militar repousa no fato de que a *ultima ratio* do poder, nas relações internacionais, é a guerra. Todo ato do Estado, no aspecto do poder, está dirigido para a guerra, não como uma arma desejável, mas como uma arma que pode ser necessária como último recurso.

Entre os elementos especificamente humanos do rol de elementos descritos por Morgenthau (2003), está a população que de acordo com seu tamanho, sua taxa de crescimento e sua distribuição etária, pode alterar significativamente o poderio de uma nação (A necessidade premente de possuir alto contingente populacional para caracterizar-se como potência, as dificuldades fiscais e previdenciárias decorrentes de baixa natalidade em países desenvolvidos, a sobrecarga estatal em razão da elevada natalidade em países vulneráveis e a importância da disposição de mão-de-obra para suprir setores militares e industriais são facetas que demonstram a importância específica deste elemento (MORGENTHAU, 2003).

A índole nacional de dado país conforma-se a partir das qualidades intelectuais e morais tradicionalmente marcantes de seu povo, refere-se ao intelecto e caráter que condicionam o padrão de cultura de dada nação, o que leva a constatações interessantes, como o fato de que “[governos pacíficos] contam com muito menor liberdade de ação. Por estarem assim limitados

---

<sup>4</sup> Tal visão é corroborada por Carr (2001, p. 143) quando afirma que “Em sua essência, o poder é um todo indivisível”.

pelo anti-militarismo de seus povos, eles têm de adotar um curso de ação mais cauteloso em matéria de política internacional” (MORGENTHAU, 2003, p. 260). Isso, segundo o autor, difere da realidade de países com maior disposição militarista como a Prússia e a Rússia – estes guardaram vantagens em relação aos demais por força de sua cultura de planejamento e preparação precoce para conflitos, por exemplo (MORGENTHAU, 2003).

O moral nacional é elemento ainda mais subjetivo que o anterior, por referir-se ao “grau de determinação com que uma nação apoia as políticas externas de seu governo na guerra ou na paz” (MORGENTHAU, 2003, p. 263), o que se traduz, sobretudo, na opinião pública. Dessa sorte, ocorre que em momentos de crise, os Estados marcados por rivalidades internas padecem de moral nacional e sentem dificuldades em pôr em prática a política externa, enquanto países coesos beneficiam-se do moral nacional em termos de superação dos desafios, sobretudo se gozarem de qualidade de governo (MORGENTHAU, 2003). Governos verdadeiramente representativos e nações bem-governadas aumentam seu moral nacional uma vez que conseguem traduzir as aspirações e convicções de seus povos.

A qualidade da diplomacia, por sua vez, é considerada pelo realista como elemento mais importante do rol, uma vez que promove a consecução das potencialidades supracitadas (em termos de geografia, recursos, indústria, etc) em poder efetivo. Isto é, “Trata-se [...] da arte de reunir os diferentes elementos do poder nacional, no intuito de fazer com que produzam o maior efeito possível sobre aqueles pontos na situação internacional que dizem respeito mais diretamente aos interesses nacionais” (MORGENTHAU, 2003, p. 273).

Diante disso, é importante destacar que diplomacia se refere à:

[...] ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinado interesse. Essa agenda é, em princípio, determinada muito mais de fora do que de dentro de cada nação. O elevado grau de determinação externa da diplomacia pode ser observado em sua dimensão global, regional e bilateral (CERVO, 2008, p. 8).

Morgenthau (2003) não se refere apenas à boa qualidade do corpo diplomático em termos de preparação e tradição, mas também à capacidade de utilizar, com máximo proveito, as potencialidades de uma nação em tempos de paz, promovendo sua adequada inserção no cenário internacional.

Já a qualidade de governo, de acordo com Morgenthau (2003), guarda importância especial, pois as opções políticas tomadas no âmbito governamental influenciam profundamente a disposição dos recursos, da indústria e das armas. Por “bom governo” subentendem-se três aspectos: equilíbrio entre recursos disponíveis e a política externa a ser

adotada, o equilíbrio entre os próprios recursos e o apoio popular à atuação internacional do Estado em termos de opinião pública doméstica e estrangeira (MORGENTHAU, 2003).

## A CAPACIDADE INDUSTRIAL DO BRASIL

Quanto à capacidade industrial brasileira, os dados macroeconômicos demonstram que nos últimos dez anos, houve uma decadência da ordem de 20,8% (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INDÚSTRIA, 2019). A desindustrialização brasileira pode ser comprovada, ainda, pela queda da participação do setor industrial no PIB nacional<sup>5</sup>. De acordo com especialistas da área, o elevado custo de produção, a burocracia e as flutuações internacionais impactaram o pleno desenvolvimento das fábricas no Brasil (ARIADNE, 2019). Sendo este o setor que sofreu os maiores reveses, fora o da indústria de transformação brasileira (em especial os segmentos de alta tecnologia) que a partir de 2009 passou por decadência tão acentuada a ponto de recuar já no final de 2015, situação semelhante da década de 50<sup>6</sup> (FIESP, 2015).

Entretanto, é preciso destacar o *boom* da indústria brasileira a partir de 2003, ciclo virtuoso encerrado em 2008 por força da crise mundial nos governos de Lula, em que o Brasil expandiu-se economicamente, sobretudo, através das exportações de *commodities*, da estabilização macroeconômica e do fomento à demanda interna através de maior disponibilidade de crédito (GALA, 2019). O setor de defesa também recebeu ênfase estratégica no período, o que se materializou na edição da Política Nacional da Indústria de Defesa de 2005 (BRASIL, 2005a). De acordo com Borelli e Peron (2018), o ex-presidente Luiz Inácio promoveu a integração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com a indústria de defesa pátria.

Sobre a capacidade industrial, além do desempenho geral da mesma, Morgenthau (2003) destacou a importância de aferir o *know how* do trabalhador. No caso do Brasil, o levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018), sobre a qualidade do ensino superior do país em 2018, clarificou situação alarmante: dos 8520 cursos avaliados, apenas 492 instituições receberam nota máxima (aproximadamente 5,8%). O estudo demonstra que a maioria das faculdades e universidades

---

<sup>5</sup> “Em 2006, a cada R\$ 100 gerados no Brasil, R\$ 27,30 vinham do setor industrial. Em 2016, essa participação caiu para R\$ 21,60” (ARIADNE, 2019, online).

<sup>6</sup> “Se comparado com países com PIB per capita semelhante, a indústria de transformação brasileira teve um dos piores desempenhos nesse período, atrás de países como: China, Índia, Coreia, Rússia, Argentina, Indonésia, Tailândia, Colômbia, Turquia e Chile” (FIESP, 2015, p. 4).

brasileiras encontram-se em patamar de mediocridade<sup>78</sup>. Ao analisar a questão da educação técnica no país, o cenário é ainda mais preocupante, uma vez que o Brasil ocupa um dos piores lugares no *ranking* mundial de oferta para profissionalização técnica aos jovens (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019)<sup>9</sup>. Uma das causas possíveis para configuração desse cenário é a “mitificação” do ensino superior, além de cortes orçamentários. A tentativa de reverter tal situação foi através da “criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o início do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a recente reforma do ensino médio, que estabeleceu a formação técnica e profissional como um possível itinerário formativo para os estudantes” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 9).

Diante do apresentado, é possível enxergar que a realidade da capacidade industrial brasileira não é exatamente positiva. Mesmo diante do *boom* dos indicadores macroeconômicos na seara industrial . em que há desafios grandes quanto à competitividade, inovação e capacitação de trabalhadores e produtos. Interessante notar que, mesmo no período de bonança (entre 2003 e 2008/2009), a agenda securitária euro-brasileira permaneceu no mesmo patamar de imobilidade, o que leva a crer que, provavelmente, a variável da capacidade industrial não seja indicador que impacta a seara da cooperação supracitada.

## **O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO PAÍS**

A América do Sul sempre se configurou como espaço importante para os cálculos estratégicos brasileiros, com especial ênfase a partir da década de 80. De acordo com Cervo (2008), o Acordo Tripartite de 1979 (Brasil, Argentina e Paraguai) e o Acordo de Cooperação Nuclear de 1980 (Brasil e Argentina) propiciaram a emergência de novo contexto securitário regional, uma vez que representaram o “início do fim” das beligerâncias na Bacia da Prata e da corrida armamentista continental. Em relação ao último, argumenta-se que os *policymakers* brasileiros “temiam que a superioridade argentina na pesquisa nuclear desse ao vizinho uma vantagem de precedência no domínio da tecnologia para a fabricação da bomba atômica” (RICUPERO, 2017, p. 530).

---

<sup>7</sup> O maior número de instituições (3830, mais especificamente) receberam nota 3 (considerada pontuação média) e 2198 receberam nota 2 (considerada baixa), perfazendo um total de 64,8% das atuais instituições de ensino superior do país (INEP, 2018).

<sup>8</sup> Em estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2015, verificou-se que os estudantes brasileiros adolescentes têm habilidades abaixo da média no escopo das ciências, da matemática e da leitura se comparado aos países da Organização (OCDE, 2018).

<sup>9</sup> “Enquanto nos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm-se, em média, 43% dos estudantes entre 15 e 19 anos matriculados em cursos técnicos, no Brasil esse índice é de apenas 8%” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7).

Estavam lançadas, portanto, as bases para a construção de profícuo processo de integração regional que redundaria no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e na pacificação do Cone Sul por meio de uma zona de paz tácita. Com estes êxitos, o projeto de fortalecimento do *hard power* tornou-se preocupação nacional secundária, subordinado a interesses mais prementes no campo econômico, tecnológico e, sobretudo, regional (CERVO, 2008).

Tais desdobramentos refletiram-se, também, nos documentos estratégico-militares brasileiros vigentes entre 2007 e 2018, mais especificamente nas Políticas Nacionais de Defesa (PND) de 2005 e 2012, nas Estratégias Nacional de Defesa (END), de 2008 e 2012, e no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) de 2012 (BRASIL, 2019a). As duas primeiras diferenciam-se, pois “a PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. A END, por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política” (BRASIL, 2012a), enquanto o LBDN condensa os princípios e objetivos tanto da PND quanto da END em um documento considerado “[...] o mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa do Brasil” (BRASIL, 2019a). Afastando-se de relato minucioso sobre os detalhes dos documentos, o que se pretende determinar é a grande importância dada pelo Brasil ao seu entorno geográfico e baixa preocupação estratégica para com as dinâmicas securitárias do continente europeu, conforme aludido no início do presente capítulo.

O PND de 2005 não faz qualquer menção expressa ao continente europeu, mas fala na necessidade de manter em “laços de cooperação com países e blocos tradicionalmente aliados que possibilitam a troca de conhecimento em diversos campos” (BRASIL, 2005b), o que pode ser encarado como citação indireta aos parceiros europeus e norte-americanos<sup>10</sup>.

A PND de 2012, aprovada na gestão da presidente Rousseff, continua destacando a importância de seu entorno com dois alargamentos interessantes: a inclusão da Antártica<sup>11</sup> e do Caribe (BRASIL, 2012a). Nesse contexto, novamente a Europa aparece apenas indiretamente no texto, com a retomada da redação sobre “países tradicionalmente aliados”. O Exército brasileiro, em comunicação oficial, corroborou a percepção ao preconizar que “[A PND de 2012] prevê, também, a manutenção dos laços de cooperação com os tradicionais países e blocos da América do Norte e Europa, para favorecer, principalmente, a troca de

---

<sup>10</sup> Em consonância, portanto, com a classificação proposta por Lessa e Oliveira (2013), que dividiram os parceiros estratégicos do Brasil em tradicionais (como a União Europeia, Estados Unidos, Portugal, Japão, entre outros).

<sup>11</sup> A inclusão deste espaço no entorno estratégico brasileiro, segundo Mattos (2018), referiu-se não apenas às prospecções incipientes em termos de recursos naturais, mas, sobretudo, às questões de ordem ambiental, uma vez que a região polar influencia as condições meteorológicas do Brasil. Tal entendimento, em verdade, não é novo, uma vez que fora feito muito antes por Therezinha de Castro (1997).

conhecimentos” (BRASIL, 2016). De acordo com o documento, tanto a América do Norte quanto a Europa estariam inseridos no “Arco do Conhecimento” brasileiro<sup>12</sup>, região que não se confunde com o entorno estratégico imediato, mas que guarda importância singular por representar oportunidades em termos de prospecção de cooperações, conhecimentos e produtos de defesa:

As oportunidades existentes nesses países, particularmente para obtenção de capacidades críticas, devem ser prospectadas e viabilizadas. A participação de militares brasileiros em exercícios táticos, em simuladores ou no terreno, oferece excelente oportunidade de aprendizado e devem ser incrementadas. No contexto dos países da região, devem ser elencados os possíveis parceiros estratégicos para os assuntos de ciência e tecnologia, análise de potencial para desenvolvimento conjunto de material de defesa, doutrina militar, além dos aspectos relacionados ao preparo e emprego da Força Terrestre (BRASIL, 2016, p. 21, grifos nossos).

A END de 2008 emulou as previsões da Política com destaque para a determinação em estreitar a “cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, [...] os do entorno estratégico brasileiro” (BRASIL, 2008b). Não são mencionados outros espaços de importância estratégica, o mesmo ocorre na END subsequente, de 2012 (BRASIL, 2012a).

O LBDN continua na mesma linha ao defender que “[...] na relação com outros países, o Brasil dá ênfase a seu entorno geopolítico imediato, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África” (BRASIL, 2012b). Todavia, faz-se um adendo no documento de que os interesses brasileiros estão pautados na diversificação de parcerias com países em desenvolvimento, sem afetar as relações já estabelecidas com parceiros tradicionais desenvolvidos (BRASIL, 2012b). Ademais, destaca o Livro que as Forças Armadas nacionais se voltam para o intercâmbio com outras estruturas militares do mundo, em especial às do entorno estratégico, mas, também, às dos parceiros tradicionais (BRASIL, 2012b).

Interessa notar que na nova proposta da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional encaminhada ao Congresso Nacional em 2016<sup>13</sup>, a Europa figura, expressamente, como área de interesse brasileira em razão das relações tradicionais (BRASIL, 2017). Isso pode ser interpretado como derivação da nova postura internacional adotada no governo de Michel Temer de dar relevo para parcerias bilaterais com países desenvolvidos (NUNES; RODRIGUEZ, 2017). Necessário, portanto, destacar que

A ênfase no entorno estratégico brasileiro não exclui, evidentemente, relações privilegiadas com parceiros tradicionais, nem com novos parceiros em outros continentes. Países membros da União Europeia são aliados tradicionais, com quem

<sup>12</sup> Composto, também pela Ásia (BRASIL, 2016).

<sup>13</sup> A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2018 (BRASIL, 2018).

compartilhamos laços históricos, afinidades culturais valores fundamentais, como o pacifismo e a promoção da democracia e dos direitos humanos. [...] Nesse contexto de apreensões, [*destaca-se a*] complementaridade e o potencial de cooperação entre o Brasil e a Europa na área de defesa (JUNGMANN, 2017, p. 3).

Diante do exposto, fica evidente que o continente europeu figura marginalmente nos cálculos brasileiros em razão da primazia do entorno estratégico nacional. Somando-se o cenário de diminuição do poder do país a essa realidade, têm-se argumento válido que explica, do lado brasileiro, a baixa amplitude e a inexistência de projetos fáticos em matéria de cooperação securitária no bojo da Parceria Estratégica.

Poder-se-ia contra-argumentar que a existência de cooperações do Ministério da Defesa com alguns países europeus refuta o proposto. De fato, há parcerias estabelecidas em projetos estratégicos brasileiros, tais como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que conta com participação da França, o caça Gripen, construído com apoio da Suécia e o cargueiro KC-390, projetado, *inter alia*, com componentes portugueses e tchecos (JUNGMANN, 2017).

Ademais, tem ocorrido desde 2013 articulações com os países que compõem o chamado “Grupo de Visegrád” (Hungria, Polônia, República Checa e Eslováquia) na consecução de cooperações securitárias no âmbito da defesa cibernética, química, biológica, nuclear e radiológica, assim como no escopo da formação de recursos humanos militares (BRASIL, 2019b). Entretanto, percebe-se que são ações desvinculadas entre si, não correspondendo a projeto estruturante emanado das burocracias brasileira e comunitária europeia. Em verdade tratam-se de iniciativas de cunho eminentemente bilateral, corroborando a constatação de que nunca se efetivou no plano real uma agenda securitária entre Brasil e União Europeia (JUNGMANN, 2017).

## REFERÊNCIAS

- ARIADNE, Queila. Em dez anos, indústria ficou um quinto menor no Brasil. **O Tempo**, 20 mai. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/em-dez-anos-industria-ficou-um-quinto-menor-no-brasil-1.2183716>. Acesso em: 02 nov 2019.
- BORELLI, P. C; PERON, A. E. **Defesa e desenvolvimento no governo Lula: uma convergência possível?** **Rev. Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 2, 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Boletim do Exército nº 9/2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1422&act=bre>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Parceria e acordos em defesa**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/cooperacao-internacional/parcerias-e-acordos-bilaterais>. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012a. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf). Acesso em: 04 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria normativa nº 899/MD, de 19 de julho de 2005.

**Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID**. Brasília, 2005a. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/pnid\\_politica\\_nacional\\_da\\_industria\\_de\\_defesa.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/pnid_politica_nacional_da_industria_de_defesa.pdf). Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.484, de 30 de jun. de 2005. **Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências**. Brasília, 2005b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm). Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Mensagem Nº 2/2017**. Encaminha, para apreciação, os textos da proposta da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, 2017. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7237929&disposition=inline>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Manual básico**: volume I. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <https://docplayer.com.br/98625345-Escola-superior-de-guerra-manual-basico-volume-i-elementos-fundamentais.html>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008a. Disponível em: [https://www2.gwu.edu/~clai/recent\\_events/2010/Brazil\\_Defense/Estrat%20E9gia\\_Nacional\\_de\\_Defesa.pdf](https://www2.gwu.edu/~clai/recent_events/2010/Brazil_Defense/Estrat%20E9gia_Nacional_de_Defesa.pdf). Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012b. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/livrobranco.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf). Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Cúpula Brasil-União Europeia Lisboa**: declaração conjunta. Brasília, 2007. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Braseuropa/pt/file/PARCERIA%20ESTRAT%20C3%89GICA%20BRASILE/DECLARA%20C3%87%20C3%83O%20DE%20LISBOA.doc>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração conjunta aprovada por ocasião da VI Cúpula Brasil-União Europeia**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3298-declaracao-conjunta-aprovada-por-ocasio-da-vi-cupula-brasil-uniao-europeia-brasilia-24-de-janeiro-de-2013>. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Documentos assinados por ocasião da VII Cúpula Brasil-União Europeia**. Brasília, 2014a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2337-documentos-assinados-por-ocasio-da-vii-cupula-brasil-uniao-europeia-bruxelas-24-de-fevereiro-de-2014>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **II Cúpula Brasil-União Europeia**: declaração conjunta. Brasília, 2008b. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/brasil\\_municipios/declaracao\\_conjunta.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/brasil_municipios/declaracao_conjunta.pdf). Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Plano de Ação Conjunta**. Brasília, 2008a. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Braseuropa/>

- ptr/file/eclara%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta%202011/4%20out%202011%20Plano%20de%20A%C3%A7%C3%3o%20Portugu%C3%AAs.docx. Acesso em: 02 set. 2019.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Plano de Ação Conjunta**. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Braseuropa/pt-br/file/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta%202011/4%20out%202011%20Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20Portugu%C3%AAs.docx>> Acesso em: 03 set. 2019.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA, Roney Fraga. **Propriedade intelectual, inovação e desenvolvimento: desafios para o Brasil**. Rio de Janeiro: ABPI, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/investir-inovacao-brasil-nao-superara.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.
- CARR, Edward. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2016. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf). Acesso em: 10 set 2019.
- CASTRO, Therezinha de. **Antártica**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CHANG, CL. **A measure of national power**. 2004. Disponível em: <http://www.analytickecentrum.cz/upload/soubor/original/measure-power.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.
- CLINE, Ray S. **The Power of Nations in the 1990s: A Strategic Assessment**. University Press of America, 1993.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INDÚSTRIA. **Indicadores CNI**. 2019. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas/>. Acesso em: 02 out. 2019.
- FIESP. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Participação da Indústria de Transformação no PIB: Novas Séries, Piores Resultados. São Paulo: Departamento de Competitividade e Tecnologia, mai. 2015. Disponível em: <https://sitefiespstorage.blob.core.windows.net/uploads/2015/05/novo-scn.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- GAMBA, Paulo. **Escolas federais, atingidas por bloqueio de recursos, ficam na elite do Enem**. In: Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/06/escolas-federais-atingidas-por-bloqueio-de-recursos-ficam-na-elite-do-enem.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- INEP. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo do Ensino Superior 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf). Acesso em: 10 nov. 2019.
- JUNGMANN, Raul. **Cooperação entre Brasil e União Europeia em matéria de defesa: palavras do Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, no almoço com os Embaixadores dos Estados Membros da União Europeia**. Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/pronunciamento/fevereiro/brasil\\_e\\_uniao\\_europeia.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/pronunciamento/fevereiro/brasil_e_uniao_europeia.pdf). Acesso em: 20 set. 2019.
- LESSA, A.C; OLIVEIRA, H. A. **Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. 1.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: introdução ao estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006.
- MATTOS, Leonardo Faria. A Antártica como parte do entorno estratégico brasileiro: revisitando os interesses pelo sexto continente. In: FUCILLE et al (org.). **Forças armadas e**

- sociedade civil:** atores e agendas da defesa nacional do século XXI. São Cristóvão: Editora UFs, 2018.
- MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de. **As estatísticas da educação profissional e tecnológica:** silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre nações:** a luta pelo poder e pela paz. 2003. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- NUNES, Raul Cavedon; RODRIGUEZ, Vitória Gonzalez. **A política externa brasileira de Temer-Serra:** retração política e subordinação econômica. Bol. Conj. Nerint. Porto Alegre. v.1. n. 4. jan/2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/03/POR-Nunes-Rodriguez.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.
- OCDE. ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil.** Paris, 2018. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/ocde/Repensando\\_a\\_Garantia\\_de\\_Qualidade\\_para\\_o\\_Ensino\\_Superior\\_no\\_Brasil\\_PT.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/ocde/Repensando_a_Garantia_de_Qualidade_para_o_Ensino_Superior_no_Brasil_PT.pdf). Acesso em: 10 nov. 2019.
- SEMPA, Francis P. Hans Morgenthau and the balance of power in Asia: the father of realism in international relations envisioned China's rise, the U.S. rebalance, and the Asian Century. **The Diplomat**, 25 mai. 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/05/hans-morgenthau-and-the-balance-of-power-in-asia/>. Acesso em: 01 out. 2019.
- TREVERTON, Gregory F.; JONES, Seth G. Measuring National Power. Santa Monica: RAND, 2005. Disponível em: [https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/conf\\_proceedings/2005/RAND\\_CF215.pdf](https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/conf_proceedings/2005/RAND_CF215.pdf). Acesso em: 10 set. 2019.